



**NOVA**  
CONCURSOS

Conteúdo de acordo  
com o Edital nº 794/SED/2026  
Questões gabaritadas  
da FURB

# SED-SC

Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

## ORIENTADOR EDUCACIONAL

- ✓ Conhecimentos Gerais
- ✓ Noções de Informática
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 794/SED/2026



Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

**SED-SC**

**Orientador Educacional**

# APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Assistente de Educação de acordo com o Edital nº 794/2026, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. (SED-SC).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FURB*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



# AVISO IMPORTANTE

**ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE  
ADQUIRIR  
A VERSÃO  
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS.....	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO .....	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO CATARINENSE.....	15
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DIREITO À EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO INTEGRAL E CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA .....	16
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI N.º 9.394/1996) E SUAS ALTERAÇÕES .....	29
ESTRUTURA, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ....	29
■ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	32
■ PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA: METAS, ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	34
■ LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 170/1998: SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA.....	36
■ MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	42
■ LEGISLAÇÃO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA E SUA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	45
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO: FUNDAMENTOS LEGAIS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS .....	48
■ REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA ....	51
DIREITOS .....	51
DEVERES .....	57
Responsabilidades.....	57
REGIME DISCIPLINAR .....	58
■ ESTATUTO E O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CATARINENSE .....	60
■ CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO .....	62
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR .....	65
COMPETÊNCIAS GERAIS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	65

■ PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	77
■ CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE .....	79
PRINCÍPIOS.....	79
ESTRUTURA .....	79
ARTICULAÇÃO COM A BNCC.....	80
■ CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	80
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA .....	81
ITINERÁRIOS FORMATIVOS E TRILHAS DE APROFUNDAMENTO.....	81
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR VIGENTE .....	82
■ EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	82
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS .....	82
NORMAS ESTADUAIS VIGENTES .....	83
■ INTEGRAÇÃO CURRICULAR: INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	84
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES, INDICADORES EDUCACIONAIS E USO DOS RESULTADOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE.....	87
■ PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR .....	91
■ DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO INTEGRAL .....	93
■ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PRINCÍPIOS, MARCOS NORMATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES .....	95
EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	96
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	97
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA : ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	98
DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: COMBATE AO RACISMO, VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	99
■ EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO .....	100
■ DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA, LINGUÍSTICA E SOCIOCULTURAL .....	101
RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DE EQUIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR .....	101
■ INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE .....	102

■	<b>DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PARA TODOS.....</b>	<b>103</b>
■	<b>CONVIVÊNCIA ESCOLAR, CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO E PRÁTICAS RESTAURATIVAS .....</b>	<b>104</b>
■	<b>SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, BEM-ESTAR E TRABALHO INTERSETORIAL.....</b>	<b>106</b>
■	<b>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>107</b>
■	<b>TECNOLOGIAS, INOVAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>109</b>
	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	109
■	<b>CULTURA DIGITAL, LETRAMENTO DIGITAL E CIDADANIA DIGITAL: HABILIDADES, RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO CRÍTICA.....</b>	<b>110</b>
■	<b>USO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DE PLATAFORMAS, AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS.....</b>	<b>113</b>
■	<b>ENSINO HÍBRIDO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: MODELOS, REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÕES .....</b>	<b>115</b>
■	<b>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: APLICAÇÕES ÉTICAS E POTENCIAL TRANSFORMADOR NO ENSINO E NA GESTÃO.....</b>	<b>117</b>
■	<b>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E GOVERNANÇA DIGITAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL .....</b>	<b>119</b>
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD.....	119
■	<b>INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO E NA SOCIEDADE .....</b>	<b>139</b>
■	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTEXTOS.....</b>	<b>140</b>
	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	141
	Legalidade .....	142
	Impessoalidade.....	142
	Moralidade.....	143
	Publicidade.....	143
	Eficiência .....	144
■	<b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>144</b>
	DEVERES .....	145
	CONFLITO DE INTERESSES .....	146
	INTEGRIDADE.....	146

TRANSPARÊNCIA .....	147
RESPONSABILIDADE.....	147
■ LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: TRANSPARÊNCIA ATIVA, PASSIVA E SIGILO .....	147
■ RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO.....	168
■ ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL .....	174
■ GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVA.....	188
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	205
■ CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS E APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES.....	205
■ SISTEMAS OPERACIONAIS .....	248
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS .....	249
■ CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS À INTERNET .....	278
■ PLATAFORMAS CORPORATIVAS DE COLABORAÇÃO .....	288
■ MÍDIAS SOCIAIS.....	314
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	325
■ TEORIA E PRÁTICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	325
HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS .....	325
■ DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL .....	327
ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE, IDENTIDADE E AUTOCONCEITO .....	332
CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA .....	334
■ ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E PROFISSIONAL .....	336
TEORIAS, PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO, TÉCNICAS DE ENTREVISTA E ARTICULAÇÃO ESCOLA- TRABALHO-MUNDO .....	336
■ PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM .....	339
IDENTIFICAÇÃO, DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL, ENCAMINHAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO .....	339

■ ESCUTA QUALIFICADA, MEDIAÇÃO SOCIOEDUCATIVA E ACONSELHAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	340
■ RELAÇÕES ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE.....	342
ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO, COMUNICAÇÃO DIALÓGICA E CORRESPONSABILIDADE.....	342
■ MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR: METODOLOGIAS E CULTURA DE PAZ .....	343
■ SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO SOFRIMENTO PSÍQUICO, PREVENÇÃO E REDE DE APOIO .....	343
■ PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS, VIOLÊNCIA E BULLYING: PROGRAMAS E ABORDAGEM PREVENTIVA .....	343
■ PROTEÇÃO INTEGRAL: MARCOS LEGAIS, REDE DE PROTEÇÃO E NOTIFICAÇÃO .....	345
■ DINÂMICA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE: PAPEL DO ORIENTADOR E ENCAMINHAMENTOS .....	347
■ ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES INCLUSIVOS, ACOLHEDORES E COLABORATIVOS.....	350
■ COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO: PRINCÍPIOS, LINGUAGEM CIDADÃ E QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO .....	351
■ GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS: IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE, TRATAMENTO E MONITORAMENTO NO SETOR PÚBLICO .....	353
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL: FASES, PRAZOS, RECURSOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES .....	355
■ FEDERALISMO BRASILEIRO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....	357
DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS .....	357
■ RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS .....	358
■ GOVERNO ABERTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE EXTERNO .....	359
MECANISMOS, INSTÂNCIAS E RESPONSABILIDADES .....	359
■ SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA .....	361
CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL.....	361
■ GESTÃO DE CRISES.....	362
CONTINUIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS: FUNDAMENTOS, PROTOCOLOS E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	362



# CONHECIMENTOS GERAIS

## FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

**Art. 205** *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

**Art. 206** *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade;*
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;*
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*

*Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)*

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade<sup>1</sup> entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

**Art. 207** *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.*

*§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.*

*§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.*

### Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

**Art. 208** *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;*
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

<sup>1</sup> Não pode ser separado nem desunido.

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS E APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES

MICROSOFT WORD: PROCESSAMENTO DE TEXTOS AVANÇADO



Logo do Microsoft Word.

### Edição e Formatação de Textos

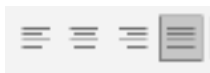
A edição e formatação de textos no Microsoft Word envolvem a manipulação do conteúdo textual, como a inserção de novas informações, a exclusão de trechos irrelevantes ou a modificação de palavras e frases para aprimorar a clareza e a concisão da mensagem.

Esse processo é iterativo e fundamental para refinar a comunicação escrita, garantindo que o texto seja direto e livre de ambiguidades.

Por outro lado, a formatação abrange a aplicação de atributos visuais ao texto, que vão desde a escolha da fonte e seu tamanho até a definição de cores, estilos (negrito, itálico, sublinhado) e alinhamentos.



Negrito, itálico e sublinhado, nesta ordem.



Alinhamentos: à esquerda, centralizado, à direita e justificado.

A formatação não é meramente estética, mas atua diretamente na hierarquização das informações, destacando pontos-chave e facilitando a leitura.

Por exemplo, o uso consistente de negrito para títulos de seção e de itálico para termos técnicos na primeira menção ajuda o leitor a identificar rapidamente a estrutura e os conceitos importantes.

A combinação eficaz da edição e da formatação transforma um rascunho em um documento polido, visualmente atraente e fácil de ser compreendido, adequado para publicações, relatórios ou apresentações formais.

Dominar essas ferramentas permite ao usuário controlar precisamente a aparência e o conteúdo do material, assegurando que ele atenda aos padrões de qualidade exigidos em ambientes profissionais e acadêmicos.

Além disso, a capacidade de aplicar estilos de forma consistente em todo o documento, utilizando os recursos de estilos do Word, otimiza o tempo e garante a uniformidade visual, um aspecto fundamental em documentos extensos e complexos.

### Estilos e Temas

Os estilos e temas no Microsoft Word são ferramentas poderosas que permitem a aplicação consistente de formatação e design em todo o documento, otimizando o processo de criação e garantindo uma aparência profissional.

Um estilo é um conjunto predefinido de características de formatação, como fonte, tamanho, cor, espaçamento de parágrafo e alinhamento, que pode ser aplicado a textos, títulos, listas e outros elementos.

Por exemplo, o estilo “Título” pode definir uma fonte específica, um tamanho maior e um espaçamento antes e depois do parágrafo, garantindo que todos os títulos de nível no documento tenham a mesma aparência.

A utilização de estilos não só economiza tempo, como também facilita a manutenção do documento, pois qualquer alteração no estilo é automaticamente refletida em todas as instâncias em que ele foi aplicado. Isso é particularmente útil em documentos longos, nos quais a consistência é necessária.



Estilos no Word.

Os temas, por sua vez, são conjuntos de opções de formatação predefinidas que incluem cores, fontes e efeitos visuais, aplicáveis a todo o documento.

Ao escolher um tema, o Word ajusta automaticamente as cores e fontes dos estilos, gráficos e outros elementos visuais para corresponder ao tema selecionado, criando uma estética coesa e harmoniosa.

Por exemplo, um tema pode definir uma paleta de cores específica para gráficos e uma combinação de fontes para títulos e corpo de texto.

A aplicação de temas é uma maneira rápida de alterar a aparência geral de um documento sem a necessidade de formatar cada elemento individualmente.

A combinação estratégica de estilos e temas permite ao usuário criar documentos visualmente atraentes e profissionalmente formatados com eficiência, mantendo a uniformidade e a coerência em todo o material.

A capacidade de personalizar e gerenciar esses elementos é um diferencial para a produção de documentos de alta qualidade.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## TEORIA E PRÁTICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

### HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Compreender a orientação educacional exige partir da ideia de que ela não se resume a um setor de apoio, nem pode ser reduzida a uma rotina de encaminhamentos administrativos. Trata-se de uma prática pedagógica situada no interior da escola e ligada à leitura das trajetórias dos estudantes, à organização das relações educativas e à mediação entre ensino, convivência, família e comunidade. Ao longo do tempo, esse campo assumiu formatos distintos, oscilando entre uma função mais adaptativa, associada à disciplina e à escolha profissional, e uma atuação mais crítica, voltada ao direito à educação, à participação e à inclusão.

No contexto brasileiro, essa área também apresenta forte heterogeneidade institucional, porque sua presença e seu desenho variam entre redes e sistemas de ensino. Em alguns lugares, o orientador integra a equipe gestora; em outros, o cargo é reduzido, fundido a funções correlatas ou sequer existe formalmente, o que torna a identidade profissional mais móvel e dependente do projeto político-pedagógico da escola. Mesmo com essas diferenças, permanece uma linha de continuidade: a orientação educacional ocupa-se de interpretar o cotidiano escolar e de construir respostas pedagógicas diante de situações que interferem na permanência, na aprendizagem e na vida coletiva.

#### Histórico da Orientação Educacional

A formação histórica da orientação educacional no Brasil está ligada às transformações do sistema escolar nas décadas de 1940 e 1950, quando o país ampliava sua urbanização, reorganizava o ensino secundário e técnico e atribuía à escola funções mais nítidas de seleção, ajustamento social e preparação para o trabalho. As Leis Orgânicas do Ensino, entre 1942 e 1946, já faziam referência à orientação educacional, e a primeira menção a cargos de orientador em escolas estaduais aparece em 1947, nas escolas técnicas e industriais. Nesse momento, predominava uma compreensão que associava a orientação ao acompanhamento individual do aluno, ao reconhecimento de aptidões e à condução de escolhas escolares e profissionais.

Com a Lei nº 4.024, de 1961, a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a orientação educacional ganha maior densidade normativa, inclusive com previsão de formação específica para orientadores no ensino primário. Isso mostra que o campo já era visto como parte da organização escolar

e não apenas como uma iniciativa acessória de determinados estabelecimentos. Ao mesmo tempo, essa institucionalização ocorreu dentro de uma concepção de escola bastante marcada por classificação, rendimento e adaptação do estudante aos padrões esperados pela instituição.

A profissionalização formal veio com a Lei nº 5.564, de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 72.846, de 1973, que disciplinaram o exercício da profissão de orientador educacional. Na mesma conjuntura, a Lei nº 5.692, de 1971, ao reorganizar o ensino de 1º e 2º graus, reforçou a lógica da sondagem de aptidões, da preparação para o trabalho e da formação ajustada às demandas produtivas, o que aproximou a orientação de uma racionalidade tecnicista. Não por acaso, parte da literatura posterior identifica nesse período uma atuação mais voltada ao controle de trajetórias escolares do que à problematização das condições sociais e institucionais que produzem dificuldades de aprendizagem e exclusão.

Com a redemocratização e o novo desenho constitucional de 1988, o campo passou por uma inflexão importante. A ênfase deslocou-se da adaptação do aluno ao sistema para a compreensão do estudante como sujeito de direitos, inserido em relações sociais, culturais e econômicas que também precisam ser consideradas pela escola. A partir daí, a orientação educacional deixou de ser pensada apenas como técnica de aconselhamento e passou a ser cada vez mais compreendida como trabalho pedagógico articulado à gestão democrática e à permanência escolar.


#### Legislação e Base Normativa

A base normativa contemporânea da orientação educacional começa na Constituição Federal, de 1988, que inscreve a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e se fortalece com a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que ampliou a obrigatoriedade escolar para a faixa de 4 a 17 anos. Essa moldura constitucional afasta qualquer entendimento da orientação como prática meramente opcional, porque a escola passa a ser convocada a criar condições de acesso, permanência, participação e desenvolvimento dos estudantes em todas as etapas da educação básica. Nessa chave, orientar não significa vigiar comportamentos isolados, mas colaborar para que o direito à escolarização se realize em condições pedagógicas e relacionais mais consistentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, aprofundou essa mudança ao adotar a doutrina da proteção integral e assegurar oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de crianças e adolescentes. A LDB de 1996, por sua vez, ampliou a noção de educação ao defini-la como processo formativo que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais, além de vincular a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social. Para a orientação educacional, isso tem grande impacto, porque legitima uma atuação que ultrapassa a sala de aula estrita e considera o estudante em sua inserção social, familiar e comunitária.


No plano da formação profissional, a legislação também redesenhou o campo. A atualização da LDB pela Lei nº 12.796, de 2013, reforçou o tratamento dado aos profissionais da educação, e a Resolução

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)